

NO PINTCHA

* ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

Na abertura da Assembleia Nacional Popular

Presidente propôs revisão constitucional e investimentos de 3,5 milhões em 1979

Vai ser regulamentada a concessão de terras

O camarada Presidente Luiz Cabral propôs, ontem à Assembleia Nacional Popular a nomeação de uma comissão que prepare, em trabalho conjunto com as estruturas do Partido, a revisão constitucional no perspectiva das eleições de 1980. Acentuou que a adaptação da primeira Constituição da República da Guiné-Bissau à evolução do nosso tempo e tendo em conta a experiência dos cinco anos que, entretanto, passaram será uma das tarefas mais importantes da III Legislatura da ANP.

O discurso do Presidente do Conselho de Estado foi proferido na abertura da II Sessão Ordinária da II Legislatura da Assembleia, e dele há a destacar também, entre outros pontos muito importantes, o anúncio da apresentação do primeiro Plano de Investimentos que prevê, para este ano, a aplicação de três milhões e meio de contos na agricultura, nos transportes, na pesca, na saúde e na reparação de portos e aeroportos.

A sessão da Assembleia Nacional Popular que principiou com a presença de 122 dos 150 deputados eleitos em 1976 prossegue durante toda esta semana em Bissau no salão do III Congresso dirigida pela camarada Carmen Pereira, Presidente em exercício desde que o camarada Nino assumiu o cargo de Comissário Principal.



O Camarada Luiz Cabral abriu os trabalhos da Assembleia apresentando aos deputados reunidos em Bissau um discurso sobre o estado da Nação que foi seguido de debate por parte de vários membros da ANP.

Bissau tem 110 mil habitantes

A cidade de Bissau tem 109 mil e 486 habitantes, divididos por 52 mil e 933 homens e 56 mil 553 mulheres, num total de 19 mil e 117 famílias recenseadas. A notícia foi tornada pública através de um comunicado do Departamento Central do Recenseamento, do Comissariado de Estado de Coordenação Económica e Plano.

O referido Departamento chama ainda a atenção para o facto dos referidos dados terem sido obtidos manualmente, a partir de autos de conclusão de cada agente recenseador, que soma o total de população do distrito de recenseamento por ele coberto. Entretanto, salienta ainda o comunicado, devido à metodologia aplicada e o rigor com que se procede à verificação dos números, os dados provenientes dos resultados provisórios devem apresentar diferenças

insignificantes em relação aos resultados definitivos, que serão apurados eletronicamente, por intermédio de computadores e publicados em 1980.

Enquanto isso aquele departamento pensa editar uma brochura com os resultados provi-

sórios da totalidade da população do país, segundo os sexos e distribuição por localidades, sectores e regiões. Ao justificar a publicação dos dados referentes à capital com a proximidade geográfica que motivou que os boletins chegassem

primeiro e fossem imediatamente apurados, aquele Departamento informa que continuará a fornecer resultados provisórios do recenseamento a medida que os boletins forem chegando a Bissau.

Ataques sionistas no norte do Líbano



(Ver na página 8)

Thatcher elogia o racista Ian Smith



Margaret Thatcher, Primeiro-Ministro britânico

LONDRES — Margaret Thatcher, primeiro-ministro do novo governo conservador britânico considera que as «eleições», organizadas pelo criminoso Ian Smith na Rodésia, constituem «um acontecimento único em África». Para ela, houve «um regulamento interno» bem como «eleições por sufrágio universal, na base da escolha de quatro partidos diferentes». «Onde se viu tal situação em África?» perguntou o novo primeiro-ministro britânico numa entrevista concedida à revista americana «Times», publicada ontem, e referida num despacho da France Presse.

Para além da opinião favorável sobre «as eleições» na Rodésia racista, Margaret Thatcher definiu como um dos objectivos do seu governo a luta contra «a dominação do mundo pelo sistema comunista», dominação essa que, segundo ela, é um dos principais objectivos da URSS, acusando este país de tentar «cortar os nossos aprovisionamentos em matérias-primas».

É assim que o primeiro-ministro do Reino Unido prevê a criação de uma força britânica de dissuasão nuclear independente, a par da dos Estados Unidos e da França.

Apesar do novo secretário dos Negócios Estrangeiros, Lord Carrington ter indicado que a Europa estará no centro da política externa do novo governo conservador, Margaret Thatcher não vê, no entanto, possíveis modificações nas «relações calorosas entre a Grã-Bretanha e os EUA», mesmo com a subida ao poder do novo governo.

Outra vez a falta do tabaco ...

Camarada Director

No momento que me sento para escrever esta carta, que espero seja publicada no vosso jornal, ponho-me no lugar de todos os fumadores de Bissau porque, como eles, sinto a falta de cigarros que se tem notado há já alguns dias. Muita gente, (claro, aqueles que não têm este horrível vício) diz que o nosso país, na situação em que se encontra, não devia importar tabaco do estrangeiro, na medida em que é um produto supérfluo. Que as divisas que o nosso Estado dispõe para importar tabaco «Nô Pintcha» de Portugal, devam ser utilizadas para produtos de primeira necessidade.

Mas, se nos pusermos na pele dos fumadores, vemos que, muitas vezes, a falta de tabaco é difícil de suportar.

Não sei o que se passa desta vez, mas, segundo me consta, há tabaco na Alfândega, que ainda não foi levantado. Há dias, presenciei uma cena que demonstrava um certo desespero de um nosso amigo fumador. Encontrava-se à porta do Grande Hotel, para ver se arranjava uma boleia, porque lhe tinham dito que havia tabaco em Safim. Mas a situação não é de agora. Não há tabaco muitas vezes durante o ano e, algumas vezes, está muito tempo na Alfândega e quando o põem a venda ao público, apresenta-se com indícios de humidade, e as pessoas ficam sem saber se é tabaco velho ou novo.

Aproveito para citar aqui as palavras proferidas pelo camarada Presidente Luiz Cabral na abertura da primeira sessão ordinária da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular sobre esta questão: «O tabaco falta há muito tempo. A população sente-se desorientada no seu próprio trabalho, porque essas coisas são fundamentais para ela. Há mesmo quem sintam mais a falta do tabaco que a do arroz: dizem que se faltar o arroz, podem «desenrascar-se», procurando outras coisas para comer, mas sem tabaco não podem fazer nada...»

Junto aqui as minhas palavras às do Presidente para dizer que «os camaradas responsáveis por este sector devem ter em conta os sentimentos da grande maioria das nossas populações, as suas necessidades, utilizando os poucos meios de que dispomos para procurar satisfazê-las».

SONA MAWA

Conferência de ministros islâmicos

Começa hoje em Fez (Marrocos) e prolonga-se até o dia 12 do corrente, a 11.ª conferência islâmica dos ministros dos Negócios Estrangeiros.

Segundo anunciou a France Presse, a delegação da Arábia Saudita

propará a esta conferência a criação de um «Comité Superior Islâmico para a Libertação de Jerusalém», assim como fazer de 1979 o Ano da Palestina no mundo muçulmano.

A mesma agência infor-

mou ainda que a comissão preparatória da conferência incluiu no projecto da ordem do dia uma proposta líbia pedindo a suspensão da filiação do Egipto à conferência.

O nosso país está representado nesta conferên-

cia pelo camarada Victor Saúde Maria, Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Acompanham-no o embaixador da Guiné-Bissau no Cairo camarada Lamine Haidara e o chefe da Divisão da OUA daquele Comissariado, camarada Lassana Touré.

Alioune Diop em Bissau

Encontra-se desde sábado entre nós, Alioune Diop, personalidade marcante da cultura africana, fundador e director da revista «Presence Africaine», que veio ao nosso país para tomar contacto com as realidades nacio-

Popular. Esta individualidade senegalesa classificou de muito importante a sua visita, afirmando que esta ocasião lhe proporcionaria um contacto com um país e um povo cuja luta política reteve a atenção

no ano de 1947, tendo como objectivo divulgar e afirmar a vitalidade e o carácter universal dos valores da Africa e das comunidades negras do mundo.

Falando dos objectivos da revista, Diop frisou que ela foi criada na capital francesa porque havia uma grande liberdade cultural entre os intelectuais parisienses, liberdade essa que não havia em Africa sob o regime colonial.

«É uma revista cultural e não política, porque o que nos interessava à partida, eram os fundamentos culturais da vocação política da Africa», afirmou.

Em torno de Diop, foram-se reunindo as grandes figuras que se destacavam pela sua obra literária artística, e política como por exemplo Aimé Césaire, Leopold Sédar Senghor, René Maran, Mário de Andrade e outros.



nais, particularmente de carácter cultural, a convite do camarada Mário de Andrade, Comissário de Estado da Informação e Cultura.

Diop, que será provavelmente recebido em audiência pelo camarada Presidente Luiz Cabral, assistiu ontem à abertura da Assembleia Nacional

e a simpatia de todo o mundo, e cuja experiência cultural é particularmente original porque é uma das raras que revelam os laços entre a dimensão cultural e política do combate libertador.

«Présence Africaine», revista cultural do mundo negro, foi criada por Alioune Diop em Paris,

Enviado de Luiz Cabral em Cabo Verde

A fim de se encontrar com o Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República irmã, camarada Aristides Pereira, encontra-se na Praia, desde sábado, o camarada Alexandre Nunes Correia, secretário-geral do Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros. Embora não tenha sido revelado o tema das conversações, pensa-se que o enviado do Presidente Luiz Cabral versará com o chefe de Estado caboverdiano questões relacionadas com a visita de três dias que este último efectua desde ontem à República Democrática Alemã, a convite daquele Governador amigo.

No mesmo voo, deslocou-se igualmente a Praia o camarada Domingos Brito, membro do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC, que integra a delegação presidencial na referida visita.

Responde o povo

A escola e o mundo nos olhos das crianças

As crianças são o futuro de qualquer país. Por isso, devemos fazer tudo o que é possível para lhes garantir uma educação e uma formação digna e saudável, pois só assim elas poderão mais tarde vir a representar uma sociedade livre de corrupção, formada por homens livres, amantes do progresso e da dignidade.

Em todos os países progressistas, o ano 1979 é considerado o ano internacional da criança. A criança, como um ser que merece toda a nossa atenção, deve ter a sua evolução acompanhada com todo o cuidado. Até os «nadas» do quotidiano têm importância, assim como a sua opinião, pois elas, livres de qualquer «mancha», são os melhores Juizes.

Com este pensamento, o «Nô Pintcha» foi a duas escolas da capital para falar com algumas crianças, que nos disseram um pouco do seu dia a dia.

«OS RAPAZES SÃO MAUS...»

Sandra Arnauth Buscardine, 10 anos, 4.ª classe, — Escola 19 de Setembro — Este ano lectivo foi muito proveitoso para mim, porque estudei muito e prestei muita atenção nas aulas.

A nossa professora é boa e eu gosto muito dela, porque ela só bate

quando fazemos maldades. Nos intervalos, ela ajuda-nos a fazer jogos, e às vezes, também nos conta algumas histórias.

Eu gosto das minhas colegas, porque elas são minhas amigas, e brincamos todas juntas nos intervalos, mas os rapazes da nossa classe não gostam de brincar connosco. Eles são maus e nós não gostamos deles.

Todas as crianças devem estudar para serem mais tarde adultos bons e compreensíveis para os seus filhos, e dar-lhes os conhecimentos que eles já têm.

«É BONITO SABER»

Luis Rodrigues Almeida, 11 anos, 4.ª classe — Durante este ano lectivo tenho tido bom aproveitamento, porque tenho uma boa professora, ela só nos bate quando fazemos maldades. A nossa turma é mista, por isso há muita camaradagem, e ensinamos uns aos outros quando não sabemos alguma coisa.

Acho que é bom todas as crianças irem à escola para poderem ter uma boa formação e preparação, pois indo à escola é mais fácil, porque aprendemos em casa e depois

voltamos a aprender na escola.

É bonito saber!...

«JÁ FAÇO MUITAS COISAS ÚTEIS»

Carla Marisa Salomé Lourena 10 anos, 4.ª classe Escola do Combatente Desconhecido — Durante o dia faço muitas coisas. De manhã vou à escola e aprendo muitas coisas: aprendo, Matemática, Ciências, História, para quando for grande trabalhar e ajudar a minha terra. Agora que sou pequenina, ainda não posso trabalhar mas já faço muitas coisas úteis, pois já sei ler, escrever e também conto histórias ao meu irmão. Assim, no dia em que ele fôr para a escola, já saberá alguma coisa da história da nossa terra e de outras terras também.

Todos os meninos deviam ir à escola, porque

são pequeninos e têm muita coisa a aprender, mas há homens maus que não os deixam.

«SOU FELIZ»

Indira Abel de Sá Cabral, 4.ª classe, 9 anos — Brincar comer e estudar é o que eu faço todos os dias. Sou feliz e não tenho preocupações...

Quando for grande vou trabalhar muito e vou ajudar o meu país, para se tornar um país desenvolvido e progressista e que sirva a necessidade de todos os seus filhos.

Sei também que nem todas as crianças são assim como nós, e isso é muito triste. Não devia haver guerras.

«VOU À ESCOLA E NÃO CHORO...»

Rodrigo Chamorro, 7

anos, 1.ª classe — De manhã vou à escola e não choro! Ela é muito bonita, e a minha professora é boa porque não bate nos alunos. Na minha escola a nossa professora ensina-nos a desenhar, a escrever e também a fazer jogos.

Todos os meninos deviam ir à escola mesmo os mais pobrezinhos, porque eles também têm os mesmos direitos que as outras crianças e não têm culpa de serem pobres.

Se todos nós aprendermos a ler e a escrever, quando formos grandes, poderemos ajudar o nosso país e ganharmos muito dinheiro e ficarmos todos iguais. Há crianças que passam fome e devia-se ir buscar comida para elas.

A guerra é uma malva-

Campanha de esclarecimento sobre fraccionismo

A campanha de explicação dos métodos de acção do grupo fraccionista detectado no seio do Partido, decidida pelo CNCV na sua última reunião extraordinária, tem vindo a mobilizar todas as estruturas do PAIGC em Cabo Verde. Uma das mais amplas participações de sempre, só igualada pelas reuniões preparatórias do III Congresso, tem sido registada nessas reuniões que, têm por base de trabalho, documentos apresentados pela direcção do Partido a atestarem uma inofismável actividade divisionista, obedecendo a directivas do estrangeiro.

«A detecção e o saneamento da actividade fraccionista, ao afastar a desconfiança, vem reforçar ainda mais a nossa unidade e a capacidade de acção do Partido, e im-

pulsionar o diálogo entre a Direcção e a base», declarou ao Voz di Povo o camarada Olívio Pires secretário nacional do C.N. C.V. e membro do CEL ao regressar da ilha do Fogo, onde presidiu, durante três dias, as reuniões das estruturas do Partido e orientou a actividade de esclarecimento em todos os escalões.

«O número de intervenções, as tomadas de posições, serenas mas firmes, em defesa da coesão e unidade do PAIGC, pondo de lado aspectos sentimentais para só valorizar o interesse nacional e a eficácia da acção — disse Olívio Pires — mostram que, longe de existir o fosso pretendido pelos fraccionistas entre o Partido e a massa, entre a Direcção e a base, os militantes estão dispostos mais do que nunca

a preservar o seu instrumento de luta — o P.A.I. G.C. — defendendo-o de qualquer tipo de agressão, mesmo ideológica, que ele possa sofrer».

E mais adiante: «O nosso Partido, que completará em Setembro 23 anos de existência, onze dos quais à frente de uma luta armada de libertação nacional, vitoriosa nos campos militares e políticos, já passou por provas bem duras, forjou uma coesão e uma maturidade ideológica e organizativa que soube sobreviver ao inspirador e guia, Amílcar Cabral, e não poderia deixar-se perturbar pela actividade nociva, embora, de um grupo minoritário forjado na base do amiguismo e de «ideologias» importadas. Esse é o sentido claro do slogan «Cabral ca mori».

Referindo-se à atitude

dos militantes perante os documentos e factos apresentados, entre os quais a «razões» que alegaram os elementos sancionados, Olívio Pires declarou: «a atitude dos militantes é de repúdio pela forma paternalista e direi mesmo, desrespeitosa, com que foram tratados por aqueles que pretendiam armar-se em seus advogados, afirmando que não passam de «acríticos executantes» que aceitam a situação por inércia ou por... oportunismo».

Na região de Santiago, reuniões similares têm vindo a ser feitas em todos os sectores, tendo-se realizado no passado dia 18 de Abril uma nova assembleia dos militantes da 1.ª secção do Sector Autónomo da Praia (funcionalismo).

Transportes em debate

Decorreu, na sala de reuniões do Ministério de Transportes e Comunicações, uma reunião de quadros, sob a presidência do titular daquela pasta, camarada Herculano Vieira.

Os trabalhos, que decorreram num clima de franco diálogo, tiveram como propósito fazer uma análise conjunta dos problemas inerentes ao referido Ministério e estudar as formas mais adequadas para os ultrapassar. Durante a sessão de abertura, focou-se a necessidade da criação de um Conselho Consultivo que seria composto pelos directores dos vários serviços.

Recenseamento da população em Cabo-Verde

Foi instituído na República irmã de Cabo Verde uma Comissão Nacional encarregada de organizar, este ano, o recenseamento geral da população. A referida comissão é presidida pelo camarada José Brito, Secretário de Esta-

do para a Cooperação.

O recenseamento permitirá obter dados estatísticos precisos e indispensáveis para a determinação da política do Partido e do Governo no domínio da economia nacional.

Reunião sobre assistência judiciária

Numa reunião de contactos e de troca de experiência, realizada na capital caboverdeana entre membros da advocacia popular do Comissariado de Estado da Justiça e do instituto do Patrocínio e Assistência Judiciária (IPAJ) de Cabo Verde, ficou decidido que as duas partes envidarão todos os esforços no sentido da criação e reconhecimento da verdadeira autonomia da Advocacia Popular e da IPAJ, face a todo o tipo de resistência que ponha em causa o prestígio destas organizações e dificulte o cumprimento dos seus objectivos; iniciar, a partir deste encontro, uma troca regular de documentação referente às actividades e projectos das duas organizações; estabelecer contactos pessoais e regulares entre as mesmas organizações, com o objectivo de se fazer um balanço em profundidade e uma

apreciação crítica dos trabalhos realizados.

Decidiu-se ainda promover e realizar conjuntamente, na medida do possível, contactos com organizações internacionais congéneres e também um segundo encontro entre a Advocacia Popular e o IPAJ, previsto para o fim do corrente ano, em Bissau.

A reunião, que se desenrolou de 23 a 27 de Abril, teve da parte guineense a presença dos camaradas Francisco Teixeira da Mota e Filipe Néry Gomes, e da parte caboverdeana os camaradas José António Ramos, Eurico Monteiro, Adriano Brazão de Almeida, na sua qualidade de membros da Comissão Central daquele organismo, e Aldina Freire Thiam, Jorge Semedo, Marino Andrade, membros da Comissão Regional de Sotaventos.

No decorrer destes encontros, os participantes reconhecendo as diferenças e o carácter específico da situação em cada um dos países irmãos, no que concerne à assistência judiciária, constataram, a importância da existência da Advocacia Popular e do IPAJ como meio de cumprir a directiva VII para o sector da Justiça das decisões 5 e 6 do III Congresso do PAIGC, que determina que os dois Estados devem criar progressivamente as condições necessá-

rias para a garantia de assistência judiciária generalizada, de acordo com as condições de cada cidadão. Foi reiterado que o exercício da advocacia privada é incompatível com uma justiça revolucionária e democrática e recomendou-se a adopção das medidas necessárias à sua restrição e liquidação; e ainda que a Advocacia Popular na Guiné-Bissau e o IPAJ em Cabo Verde são os instrumentos necessários e possíveis para a garantia do cumprimento das citadas decisões. Foi a partir destas constatações que as duas organizações tomaram as suas decisões.

Vasilhame para gaz butano

O Governo concedeu à Empresa Pública de Abastecimento, EMPA, a isenção de direitos e de outras imposições, com inclusão da taxa de emolumentos gerais aduaneiros, na importação de 10 mil garrafas de ferro vazias, de origem francesa, destinadas ao acondicionamento e transporte de gás butano.

Com esta encomenda, pretende-se dar continuidade à política de estabilização de preços, e superar as frequentes falhas no fornecimento de gás butano à população.



AMILCAR CABRAL

AS LIÇÕES DE PINDJIGUITI

Uma lição histórica

Mas o massacre de 3 de Agosto foi mais do que um crime dos colonialistas portugueses, foi mais do que acto de heroísmo patriótico do nosso povo trabalhador. Os acontecimentos do 3 de Agosto foram uma lição histórica para o nosso povo africano e para a direcção do nosso Partido.

Na verdade, o massacre do cais de Pindjiguiti mostrou ao nosso Povo e ao nosso Partido nacional, o verdadeiro caminho para o desenvolvimento da nossa luta de libertação. Com o sacrifício glorioso e útil dos trabalhadores assassinados em Pindjiguiti, aprendemos que, diante do carácter criminoso e da falta de escrúpulos dos colonialistas portugueses, devíamos mobilizar o nosso povo tanto na Guiné como em Cabo Verde, uni-lo em torno do nosso Partido, organizá-lo e prepará-lo para a luta. Aprendemos ainda que a nossa acção não devia ser feita nas cidades e que, diante das armas dos colonialistas portugueses, a única forma de luta deve ser a *luta armada*.

Por isso a Conferência clandestina do nosso Partido que teve lugar a 19 de Setembro de 1959, em Bissau, tomou a decisão histórica de dar ao nosso Partido um novo programa e de preparar o nosso povo para a luta armada.

No quadro do programa elaborado em Setembro de 1959, e para marcar a importância histórica do massacre do Pindjiguiti, o nosso Partido proclamou, a 3 de Agosto de 1961, a passagem, da nossa luta da *fase política à acção directa* contra os colonialistas portugueses. O nosso povo, dando prova da sua consciência política e da sua devoção à luta libertadora, respondeu com entusiasmo às palavras de ordem do nosso Partido, que ordenou a sabotagem das vias de comunicação e das bases económicas dos colonialistas.

As grandes vitórias alcançadas pelo nosso povo e pelos militantes do nosso Partido na execução da operação de *sabotagem* — que provocou a paralização quase total das comunicações na Guiné — marcaram uma fase nova no desenvolvimento da nossa luta. Os colonialistas portugueses, surpresos e irritados com a acção entusiástica do nosso povo, que sabotou estradas, pontes, fios de telefones e vários armazéns das empresas comerciais portuguesas, desencadearam então uma das mais violentas campanhas de repressão contra as nossas populações e os militantes do nosso Partido.

A 1.ª Assembleia Nacional Popular afirmou a nossa personalidade jurídica

O Conselho Superior de Luta do PAIGC, numa reunião realizada de 7 a 17 de Agosto de 1971, decidiu, por aclamação, que o Partido devia tomar imediatamente todas as medidas necessárias para realizar, em 1972, nas regiões libertadas, eleições gerais, por meio de sufrágio universal e secreto, para a Constituição da 1.ª Assembleia Nacional Popular na Guiné.

Como base nesta decisão histórica, foi definido o processo e o método a seguir para as eleições, bem como os critérios para a escolha dos candidatos à Assembleia, normas tornadas públicas num documento intitulado «Bases para a criação da 1.ª Assembleia Nacional Popular na Guiné», o qual foi aprovado pela reunião do Comité Executivo de Luta do Partido, de Dezembro de 1971.

Essa necessidade foi condicionada pela própria realidade da fase de luta em que o nosso povo, sob a direcção do PAIGC, se encontrava, desde 1968. As forças militares portuguesas de ocupação não exerciam nenhum controle administrativo efectivo sobre vastas regiões (mais de dois terços) do país e as populações das regiões libertadas apoiavam sem reservas a política e as actividades do movimento de libertação nacional, o PAIGC, o qual, depois de cinco anos de luta armada, exercia nessas zonas um controle «de facto» e protegia os interesses dos habitantes, apesar das actividades erminosas dos soldados ocupantes.

Efectivamente, enquanto que o nosso povo dispunha já de instituições políticas, administrativas, judiciais, militares e culturais — próprias de um Estado — e era livre em mais de 2/3 do território nacional, faltava-lhe a personalidade jurídica. Além disso, o funcionamento dessas instituições no quadro da nova vida revolucionária em desenvolvimento nas regiões libertadas exigia uma mais ampla participação do povo, através dos seus representantes, no estudo e solução dos problemas do país e no controle efectivo das actividades do Partido que o dirige.

A 1.ª ASSEMBLEIA FOI CIMENTADA POR CABRAL

O nosso inesquecível Amílcar Cabral não conseguiu assistir à formação da 1.ª Assembleia, saída dessas primeiras eleições dos Conselhos Regionais, mas todos os planos que antecederam esse acontecimento se deveram à sua genial estratégia de organização.

Vários condicionamentos ligados à realidade de luta levaram a que as campanhas de esclarecimento às populações du-

rassem oito meses (Janeiro a Agosto de 1972). As eleições vieram a ter lugar de Agosto a 14 de Outubro, em todas as regiões libertadas, e a 6 de Novembro foram tornadas públicos os primeiros resultados parciais das eleições.

Para os casos especiais dos sectores em que não foi possível realizar eleições por isolamento motivado pela guerra (Bijagós, Bissau, Bolama e a cidade de Bafatá) foram adoptadas soluções de carácter provisório, respeitantes à designação de deputados representativos desses locais.

Amílcar Cabral anotava assim, nessa altura, sobre as vias para as eleições: «Temos de notar que, mesmo quando as condições são desfavoráveis para fazer as eleições, é sempre possível, com um bom trabalho, agindo segundo o plano previamente estabelecido, dar a uma grande parte da população a oportunidade de elegerem o seus representantes».

«Basta para isso que, depois de um trabalho clandestino de informação e esclarecimento (se as populações são controladas pelo inimigo durante o dia) proceder numa ou em várias noites, à eleição clandestina, seja indo às tabancas receber os votos, seja fazendo com que as populações se desloquem ao local seguro onde depará os votos».

«Isso tem-se feito no Vietname, por exemplo, e nós também podemos fazê-lo, em áreas da região de Cantchungo, Gabú e outras. O que é necessário, é organizar bem o trabalho e colocar à disposição das comissões eleitorais forças armadas de protecção».

RESULTADOS OBTIDOS NAS ELEIÇÕES DE 72

No interior do País:
Votantes — 77.515 —
93,39 por cento: Votos

favoráveis (Sim) 75.163 — 96,96%, votos negativos (Não) — 2352 — 3,03%.

No exterior do país, militantes, quadros, estudantes, inclusivamente certos emigrantes que militam no Partido):

Votantes — 4.517, Sim — 100%; Não — 0%.

No fim do seu mandato, em 1976, a A.N.P. devia preparar a eleição dos novos órgãos representativos e, assim, na sua reunião de Abril-Maio de 1976 procedeu a algumas alterações na Constituição, nas disposições que interessariam ao acto eleitoral seguinte, das quais se destacam:

— A eleição à ANP pode ter lugar por sufrágio indirecto, através dos representantes eleitos nos Conselhos Regionais, nos termos estabelecidos por lei; a ANP passa a ser eleita por um período de quatro anos (antes era de três anos).

A lei eleitoral, baseada nas decisões tomadas pela ANP e promulgada a 1 de Dezembro de 1976, não difere grandemente das «Bases para a criação da ANP», que regeram todo o processo eleitoral de 1972/73. Existem, no entanto, pequenas diferenças no que toca à idade necessária para ter a capacidade eleitoral activa e passiva, que passou de 17 para 18 anos aos que podem votar e dos 18 para 21 anos, em relação aos que podem ser candidatos.

Nestas eleições, o P.A. I.G.C., como Partido no poder, apresentou um candidato a cada mandato dos Conselhos Regionais, retirando, porém, a sua candidatura, sempre que aparecerem elementos das massas populares que satisfizessem as condições impostas pela lei eleitoral no referente às condições de prioridade.

Assim, apesar de, na lei eleitoral não estar consignada nenhuma percentagem de quadros do Partido e elementos das massas populares, nas listas de candidatos verificou-se uma proporção mais ou menos idêntica à das eleições de 72 — 1/3 de quadros do Partido e 2/3 de elementos das massas populares.

É uma retrospectiva resumida das decisões

Resultados globais (interior + exterior):

Total de boletins distribuídos (inscritos): 87.517; votantes — 82.032 — 93,73%.

Sim — 79.680 — 97,13%; Não — 2352 — 2,87%.

Quanto à votação por região, o número mais ele-

vado de votantes em relação aos inscritos corresponde ao Norte libertado, com 95,30%, e o mais baixo, as regiões orientais, com 94,49%. Em seis aldeias, a percentagem dos «Não» foi ligeiramente superior à dos «Sim». Numa aldeia do Norte libertado, houve

100% de «Não», por falta de acordo da população dessa e as das outras do relativamente à cultura do representante.

Nessas eleições eleitos pelas massas populares 273 conselheiros regionais e 99 representantes à Assembleia

O que foram as 5 reuniões

tomadas durante as cinco sessões da ANP, que precederam a sua criação no Boé, que a seguir apontamos, em resumo:

1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Boé, 23/24 de Setembro de 1973

Foi a 23 de Setembro de 1973, na região já en-

de importância, que marcaram a nova fase do pós-guerra.

Uma lei sobre a integração dos solos no domínio do Estado; a lei que define o Estatuto do Combatente da Liberdade da Pátria; a lei que pune os traidores e determina a perda, a favor do Estado, dos bens por eles adquiridos ao preço do sangue

O Orçamento do Estado; a revisão dos artigos da Constituição Militar que becece penas para crimes, eleição da comissão que constitui o Conselho de Estado de Cabo Verde, o Conselho da Unidade

de Cabo Verde, que

tudar as formas



«A existência da ANP é uma prova de que o poder se encontra

tão livre do Boé, que se realizou a 1.ª e histórica sessão inaugural da ANP, a qual, no dia seguinte, a 24 de Setembro, proclamou a independência do nosso Estado soberano, aprovou a sua lei básica — a 1.ª Constituição da República da Guiné-Bissau — e dotou o nosso país do seu primeiro executivo — o Conselho dos Comissários de Estado.

1.ª SESSÃO ORDINÁRIA Bissau, 28 de Abril a 6 de Maio de 1975

Já depois do país totalmente livre, realizou-se, pela primeira vez em Bissau, no salão «Abel Djas-si» do Palácio da República, a primeira sessão ordinária, que adoptou algumas decisões de gran-

e das lágrimas do nosso povo; a lei do Imposto de Reconstrução Nacional e várias outras leis que puseram termo à existência de estruturas coloniais negativas.

2.ª SESSÃO ORDINÁRIA Bissau, 22 de Abril a 3 de Maio de 1976

A A.N.P. debruçou-se sobre vários assuntos que incluíam a apreciação de um ano decisivo de actividades do Governo, no plano interno e internacional; apreciação de um projecto de Lei da Nacionalidade e de diversos outros projectos de diplomas que introduzem soluções revolucionárias no campo do Direito de Família;

duzirão à unidade da nação entre os dois

1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2.ª LEGISLATURA DA A.N.P.

Após as eleições dos conselheiros regionais em Dezembro de 1975, e dos deputados, em Janeiro de 77, a 1.ª Legislatura da A.N.P. reuniu-se em Maio do mesmo ano, mas para aprovar os 150 membros da 2.ª Legislatura e a eleição do Conselho de Estado. E, por sua vez, elegeu o Conselho de Estado. Foi o camarada Luís

releito para esse cargo.

Luiz Cabral no CNG (conclusão): baixo nível dos vencimentos é fruto da situação colonial

Concluimos hoje, a intervenção do camarada Presidente Luiz Cabral, feita na reunião do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC. A referida reunião realizou-se em Bissau, na sede do Partido, de 24 a 26 de Abril último.

O Secretário-Geral Adjunto do Partido fala nessa última parte do seu discurso, do baixo nível dos vencimentos, que considerou ser «fruto da situação colonial», e da necessidade de rever as várias taxas das receitas do Estado, e felicitou as organizações de massas pelo bom trabalho que estão a desenvolver.

O Presidente Luiz Cabral sublinhou ainda que este ano do XX aniversário do Massacre de Pindiguiti, «será um ano de mobilização de trabalhadores» para as tarefas da Reconstrução Nacional.

BAIXO NÍVEL DOS VENCIMENTOS É FRUTO DA SITUAÇÃO COLONIAL

Sabemos que há classes na nossa terra que protestam constantemente contra o baixo nível dos seus salários. Não somos responsáveis por isso. É uma situação que herdámos da época colonial, em que havia algumas profissões no nosso país que não tinham remunerações justas, de acordo com o que se pagava a outras profissões na nossa terra. Vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, este ano, para corrigirmos essas diferenças e acabar com certas injustiças que existem, e que têm levado muitos quadros a abandonarem determinados departamentos indo para outros, onde têm mais perspectivas de melhorarem as suas vidas.

Hoje, um enfermeiro ganha quatro ou cinco contos, mas os seus anos de estudos são tanto como de outros quadros médios que temos na nossa terra e que ganham quase o dobro deles. Vamos procurar a maneira de corrigir, os vencimentos dos quadros da Saúde, para lhes darmos as perspectivas de avançarem na medida em que são trabalhadores conscientes e bem formados, e têm toda a dedicação e seriedade no seu trabalho. Verão que não estão condenados a viverem eternamente dentro daqueles limites estreitos do colonialismo português, mas, ao contrário, viverão como técnicos valorizados e que devem aperfeiçoar-se cada vez mais e cumprir o seu dever a todo o momento. Terão assim, uma perspectiva para o futuro como qualquer outro quadro da nossa terra, que tem o futuro assegurado.

Mas tudo isso depende do nosso esforço comum, sobretudo, do Partido. Ele deve explicar ao povo as nossas dificuldades, para as compreenderem, e para vermos se dentro de pouco tempo teremos a nossa economia sã, normalizando desta forma as nossas vidas, e em que o nosso Estado só gaste o

que é estritamente necessário.

REVISÃO DAS TAXAS

Nós temos que fazer a revisão de várias taxas das receitas do Estado, pois que não podemos, hoje, continuar a manter as mesmas taxas que se cobravam há 20 anos. Hoje, na nossa terra, tudo mudou, desde o nível de vida a outros recursos. As taxas são um meio para o Estado conseguir algumas receitas para poder contribuir para o equilíbrio da nossa vida económica e financeira. Portanto, este ano terá que ser um ano de austeridade, e de poupança. O nosso orçamento é bastante baixo, e muitas vezes o nosso Governo não tem aqueles meios necessários para poder trabalhar a sério. Porque mais de 70 por cento do orçamento é para os salários. Para além disso, é necessário material para trabalho.

Ao nível da agricultura, queríamos plantar milhares de árvores no sector de Bissorã, mas a Agricultura não tinha dinheiro para comprar gasolina para transporte do pessoal para a localidade. O Estado correu o risco de perder aquelas plantas que estavam nos viveiros, por falta de dinheiro para gasolina. Vejam, camaradas, quanto é difícil ao Estado continuar a manter este sistema de uma percentagem demasiadamente grande em salários no seu orçamento, com margem muito pequena para aquisição de meios para trabalho.

Sabemos quais são as dificuldades que o Comissariado dos Transportes tem actualmente. As boias estão todas fora de lugar, os faróis todos fundidos e os rios estão por dragar há 20 anos, ou talvez mais. Estamos sem equipamentos e temos quantidade de trabalhadores naquele Comissariado. Mas, se nós não damos equipamentos ao Comissariado de Transportes, para a realização desses trabalhos, ele não poderá fazer nada. Nós vemos que o Comissariado nem é capaz de garantir a se-

gurança de navegação dos barcos estrangeiros que nos abastecem. Portanto, vê-se que a função do Comissariado de Transportes, que é de dar determinadas garantias à navegação nas nossas águas, não está a ser realizada.

Pedimos a todos os camaradas do CNG para procurarem compreender estas dificuldades, que são ultrapassáveis. Vários economistas fizeram estudos e comprovaram que até 1982 ou 1983 poderemos ter uma economia que marche com toda a segurança, uma economia em que as exportações sejam superiores às importações, que necessitamos para o consumo na nossa terra. Para conseguirmos atingir estes objectivos, é indispensável impôr austeridade e poupança.

ORGANIZAÇÕES DE MASSAS

Podemos felicitar-nos pelo trabalho, pela acção política que está a ser levado a cabo, sobretudo pelas organizações de massas em Bissau. Acha-mos que isso é uma coisa muito importante. Não podemos estar a pensar no desenvolvimento do nosso Partido, em sermos capazes de organizar os nossos trabalhadores, jovens e mulheres, pois são eles que garantem a dinamização no seio do nosso Partido, reforçando-o cada vez mais.

Exprimimos aqui as nossas felicitações aos nossos camaradas da UNTG, pelo sucesso obtido no 1.ª Conferência Nacional, que foi realizada com grande participação de trabalhadores e com grande entusiasmo das massas trabalhadoras e militantes do nosso Partido. Devemos encorajá-los a fazerem de facto o 1.ª Congresso da UNTG, que deve ser realizado este ano, que é o ano do XX aniversário do Massacre de Pindiguiti, um sucesso para o nosso Partido, o PAIGC, um sucesso pela participação dos nossos trabalhadores no esforço pela Reconstrução Nacional.

Queremos também felicitar os nossos camaradas

da JAAC pela realização da sua 1.ª Conferência que veio dar uma vitalidade nova à acção da juventude. Essa Conferência Nacional foi um sucesso, mas, claro, terá que ser acompanhada com todo um trabalho contínuo até a realização do 1.ª Congresso da Juventude Africana, Amílcar Cabral, para assim podermos aproveitar todas aquelas disponibilidades, aqueles bons sentimentos que a juventude tem, para, desta maneira, fazer um reforço para a Reconstrução Nacional, e um reforço para o nosso Partido — o PAIGC.

Sabemos que existem vícios no seio da juventude particularmente na nossa cidade de Bissau, e que têm que ser banidos. Pensamos que, se a juventude se organizar a sério ao nível de Bissau e em todos os cantos da nossa terra, ela será um elemento essencial na defesa da moral revolucionária, que queremos defender no seio da nossa juventude e do nosso povo.

Temos que acabar com todas as taras que ainda existem na nossa terra, controlar a nossa juventude no sentido de a encaminhar para aquilo que é bom, e desviá-la daquilo que não presta. Só assim é que podemos garantir um futuro são, um futuro de progresso, de justiça e de dignidade para o nosso povo.

A Comissão Feminina vai realizar este ano a sua 1.ª Assembleia. Queremos encorajá-la e desejar-lhe um grande sucesso na organização de mulheres e portanto, um grande sucesso para o nosso Partido.

ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

Este ano, é o Ano Internacional da Criança, e temos que nos esforçar para marcá-lo com várias manifestações e confraternizações de crianças de diversas regiões da nossa terra, da Guiné e de Cabo Verde, no campo dos pioneiros. Um ano, portanto, em que queremos marcar na prática todo o interesse que as crianças desfrutam na nossa luta e na vida do nosso Partido. Dar-lhes todo aquele amor e carinho que as crianças merecem sempre. Mas, parece-nos que temos que fazer cada vez mais, neste Ano Internacional da Criança. Temos que fazer um trabalho profundo no seio da nossa

população. Temos que acabar com todas as irresponsabilidades que existem no meio da nossa sociedade, irresponsabilidades de pessoas que têm filhos e os abandonam no mundo.

Em Bissau, há centenas, ou mesmo milhares de crianças, que não desfrutam de nenhuma assistência dos pais. Mas acentuada ainda, a do pessoal. Pessoas que andam a pé de carro e com todo o ruído, com mulheres e filhos enquanto que têm outros filhos, que são abandonados sem alimentação, sem roupa para se vestirem, nem escola, porque foram abandonadas no caminho da perdição. É tá provado que qualquer criança abandonada, que não tem aquela assistência, sugurança e assistência necessárias na vida, seguirá quase sempre pelos caminhos de roubo, prostituição e de safadeza de qualquer maneira.

Portanto, a este Ano Internacional da Criança temos e devemos desenvolver uma acção no sentido de criar a noção de responsabilidade aos pais em relação aos seus filhos. Criar responsabilidade não só, com um trabalho de persuasão e de um trabalho político e de elevação do nível moral dos homens na nossa terra, mas também com um trabalho no sentido de criar estruturas que permitam criar leis, que exijam que aqueles que tomem conta dos seus filhos. Nem que o Estado tenha que criar estruturas onde pôr essas crianças abandonadas, indo buscar o dinheiro aos salários dos pais para pagar as suas despesas. Só assim é que estamos a agir com plena responsabilidade para aquilo que é preciso fazer na nossa terra, neste Ano Internacional da Criança. Porque não é de 200, 500 ou 1000 crianças, que temos bem dados, ou aqueles que quem os pais têm dinheiro para comprar roupa pioneiro para desfilar nas ruas, ou dispendo campo 100 ou 200 crianças, é que podemos resolver o problema de milhares de crianças do nosso país particularmente dos centros urbanos. Temos que ver este problema na profundidade, para termos o dedo na ferida, como diz na reunião do Conselho da cidade de Bissau. Temos que por o dedo naquelas feridas que a

(Continua na página

cional Popular, entre os quais 91 pelos conselheiros regionais eleitos, cinco pela UNTG e três pela Conferência Nacional dos Jovens e dos Estudantes. É preciso notar que esses números não incluem os deputados propostos pelo Partido, pois o número total de deputados à 1.ª A.N.P. é de 120.

1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª LEGISLATURA

De 8 a 13 de Maio de 1978, no salão do III Congresso, realizava-se a primeira sessão ordinária da nova Legislatura da ANP que aprovou, entre outras importantes decisões, a lei sobre a extensão das águas territoriais e da zo-

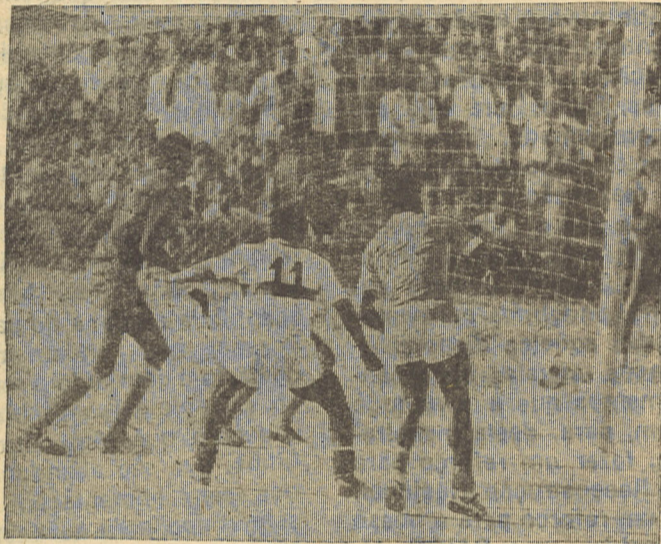


do povo».

na económica exclusiva, a lei sobre o poder judicial e militar (reformulando algumas disposições da Lei da Justiça Militar) e a lei sobre mulheres grávidas.

A A.N.P. recomendou também, ao Conselho de Estado, o estabelecimento de normas para o combate às queimadas, a tomada de medidas legislativas urgentes sobre a assistência jurisdicional aos menores, a legislação do aborto, o Recenseamento Geral da População e outras recomendações, como as de legislação de crimes contra a economia nacional e a organização da milícia popular.

UDIB, 2-Benfica, 2: árbitro improvisa penalte e os clubes esbanjam dinheiro em superstições



A imagem documenta o 1.º golo da UDIB obtido por Silá (n.º 11)

Se a nossa memória não nos atraiçoa, foi a primeira vez esta época que um jogo do nacional de futebol conseguiu agrupar tanta gente no Lino Correia, numa tarde em que nem o calor escaldante, nem a habitual vontade de passar as tardes de fins-de-semana saboreando cerveja, sob as sombras que alguns bares da capital oferecem, nem isso, dizíamos, desviou a atenção do público desportista da partida de anteontem, entre a UDIB e Benfica, que terminou com um empate a duas bolas.

Já passava um pouco mais de 8 minutos das 17 horas e havia ainda uma multidão de gente lá fora, nas bilheteiras ou nas bichas à espera da sua vez. Nós, que tivemos a sorte de entrar alguns minutos antes da partida, não suportávamos esperar mais tempo. Os minutos pareciam levar muito a passar. Depois das entradas das três equipas — arbitragem, UDIB e Benfica — respirámos fundo, pois fíamos ter, finalmente, «o polémico desafio UDIB-Benfica». Polémico porque, paralelamente aos cuidados que a Federação Nacional teve em ar-

ranjar os apanha-bolas e um equipamento que os distinguia das outras equipas, também os dois «teams» tiveram a preocupação de se preparar com todos os cuidados, e até com requintes desnecessários; segundo apurámos nos bastidores.

A preparação começou desde os treinos puxados dos jogadores de ambas as equipas, passando pela vaca sacrificada, (dizem uns para cumprir a promessa supersticiosa contraída antes da morte do treinador Mário Aureliano, outros, mal intencionados(?), acham que foi para tirar a «mufinesa»

(azar) das sete derrotas consecutivas da formação da UDIB) e acabou nos ovos paridos na porta B, onde os udibistas costumam fazer a sua entrada, no terreno onde estes costumam também fazer os seus exercícios de aquecimento, e na entrada da equipa benfiquista, que «...ora» aí ao pé, numa ambulância do Comissariado dos Recursos Naturais, que àquela hora devia era estar parada no seu Comissariado a cumprir as exigências da austeridade.

A história da vaca sacrificada foi obra da Udib. A cerimónia teve lugar no seu pavilhão dos restantes desportos, no passado dia 1.º de Maio. A dos ovos, foi executada pelos benfiquistas.

Bem, isso foi só para os nossos leitores verem até que ponto se especula ou se especulou com a superstição. Esbanjou-se dinheiro na compra de vaca, aguardente, nos muros e nos ovos, quando se podia proporcionar um bom estágio (com boa comida) aos rapazes. Aliás, o camarada Amílcar Cabral dizia aos combatentes da liberdade da Pátria que não é com mesinhos que se ganha a guerra, e citando como exemplo os casos dos povos de vários países da Europa, hoje desenvolvidos, nomeadamente os gregos, romanos e os «vikings», que também usaram disso e que hoje não querem saber nada dessas coisas. Aos nossos clubes, e em particular aos jovens atletas, quere-

mos dizer-lhes que o maior mesinho que lhes pode valer, é criarem condições aos seus rapazes, e estes procurarem, por seu turno, evitar frequentar constantemente as «manchidas de tchur», evitarem o álcool, o fumo e outros «desportos» maléficis.

Temos muito respeito pelas crenças religiosas, mas a verdade é que não é com mesinhos que se ganham jogos. Por exemplo, depois dessas histórias, o que se viu na tarde de sábado não foi coisa de outro mundo. As duas equipas terminaram a partida empatadas, embora tenhamos muitas dúvidas sobre a justiça deste desfecho. No lance de que viria a resultar o segundo tento «encarnado», apesar de nele terem participado mais de três jogadores, o que nos impediu ver claramente o lance, ficámos com a impressão de que o penalte assinalado contra a UDIB fora forçado. Por outras palavras, pode-se dizer mesmo que foi assinalado para compensar a expulsão (justa) dos dois elementos encarnados. Isto por que o árbitro, Romão Morgado, deixara passar vários lances semelhantes, sem ter assinalado qualquer tipo de falta.

Se é que houve futebol neste embate, isso foi durante a primeira parte e na primeira meia hora da segunda. No período que se seguiu, assistiu-se foi a um futebol de «caça ao homem». Bastam os quatro cartões

amarelos e os dois vermelhos exibidos, sendo estes mostrados aos jogadores «encarnados»: Mansinho e Iano, ambos por jogo perigoso e o número de jogadores lesionados (3), sem contar com alguns vermelhos que ficaram por mostrar a jogadores «encarnados».

Do pouco bom que as duas equipas proporcionaram aos espectadores, gostámos mais da UDIB que, pelo que fez, mostrou que, essa história de «tambor do povo» não pega. O Benfica jogou com nervos à flor da pele. Os homens dos três sectores dificilmente se entenderam bem, quando o resultado estava em 2-1, mas sobretudo os do sector defensivo. Ao contrário de Maio, numa fase avançada de recuperação, Abel continua a não saber quais os momentos de abandonar os postes. Os quatro tentos surgiram aos 6 minutos, por Boy, aos 26, por Silá, aos 33 por João Pontes e aos 84, por Niná,

este de grande penalidade.

A igualdade a uma bola foi o resultado que se verificou após os 90 minutos de jogo que opôs as equipas do Ajuda Sport e do Tombali. O jogo decorreu no Lino Correia, no sábado à noite, perante uma fraca assistência.

Nos minutos iniciais, o Tombali abriu o activo por intermédio de Nando, num remate fraco, quando iam decorridos 4 minutos de jogo. Apesar do domínio do Ajuda logo a seguir ao golo, só aos 68 minutos é que se verificou o empate. Este aconteceu num cruzamento que Jorge concluiu da melhor maneira. Nos últimos minutos, o jogo equilibrava-se, verificando-se o domínio dos homens do sul já nos minutos finais. A equipa de arbitragem, chefiada por Luiz Fernandes, esteve péssima, chegando a assinalar um fora de jogo com o jogador ainda no seu meio campo.

Tabela classificativa

	J	V	E	D	GM	GS	P
BENFICA	24	14	5	5	53	26	33
Balantas	24	14	5	5	46	18	33
Sporting	24	13	6	5	41	23	32
FARP	24	14	4	6	45	28	32
Farim	24	12	5	7	30	29	29
Cantchungo	24	10	6	8	31	25	26
Bafatá	24	11	4	9	39	35	26
Bula	24	10	4	10	40	36	24
Gabú	24	9	6	9	35	39	24
Tombali	24	9	4	11	31	35	22
UDIB	24	8	5	11	38	38	21
Bolama	24	8	4	12	36	53	20
Ténis Clube	24	8	2	14	24	48	18
Ajuda Sport	24	6	5	13	26	43	17
Bissorã	24	5	5	14	21	53	15
Buba	24	6	2	16	40	61	14

Luiz Cabral no CNG

(Continuação das centrais)

sociedade tem, porque só assim é que podemos curá-las. Temos que garantir às nossas crianças aquela segurança para serem amanhã pessoas válidas.

O XX ANIVERSÁRIO DO MASSACRE DE PINDJIGUITI

Este ano é também o ano do XX aniversário do massacre de Pindjiguiti, e isso é também um trabalho do Partido, um trabalho que deve interessar a todos os militantes, responsáveis e dirigentes do nosso Partido. Faremos deste ano o da mobilização geral, não só para o dia 3 de

Agosto, mas para todo o ano, para marcarmos os 20 anos daqueles acontecimentos importantes, para podermos dizer que depois da fundação do Partido, o Pindjiguiti foi o 2.º marco na nova etapa histórica do nosso povo na sua luta pela libertação nacional.

Devemos mobilizar os trabalhadores para se esforçarem, com o apoio do Estado, para finalizar todas as coisas começadas e que ainda estão por acabar. Hoje, temos a consciência de que começamos muitas coisas. Começamos realizações sem fazermos o balanço das nossas possibilidades em quadros e meios. Começamos quantidade de

realizações, mas hoje não nos arrependemos disso, mas mais tarde vamos arrepender-nos, se não fizermos aquele esforço necessário para acabarmos aquilo que começamos, sobretudo as construções que iniciámos em Bissau e nas outras regiões do país, para entrarmos no próximo ano na 2.ª fase das realizações na nossa terra.

O nosso Estado vai fazer tudo para garantir esses trabalhos, particularmente no domínio de construção civil, que é um sector chave do nosso desenvolvimento e da resolução de problemas de mão-de-obra e do desemprego no nosso país. Portanto, o nosso

Governo vai procurar garantir os materiais necessários para concluirmos todas as obras iniciadas nestes quatro anos da nossa independência.

O camarada Comissário das Obras Públicas, Tino Lima Gomes, foi a primeira pessoa que aplaudiu, mas quero lhe dizer que as Obras Públicas têm grandes responsabilidades, pois que ele tem que ser capaz de dar ao Estado ou Governo todos os dados que faltam para concluirmos as obras que iniciámos. Há obras iniciadas há quatro anos, e que parecem concluídas mas que não estão. Devemos procurar a ma-

(Continua na página 8)

A escola de Ténis inaugura um novo "court"

Uma série de exibições de infantis e cadetes, além dum torneio entre os seniores, marcou a inauguração do segundo Court de ténis anexo ao estádio Lino Correia, patrocinado pelo Conselho Superior dos Desportos.

A esta inauguração, realizada pela escola Central de Lawn Tennis, estiveram presentes os camaradas João Bernardo Vieira, Comissário Principal, Manuel Santos, Comissário dos Transportes e Turismo, e Avito da Silva, do C.S.D.

Durante a exibição de cadetes e infantis, manifestaram grandes promessas para o nosso ténis, se continuarem a ter apoio. Entre muitos outros, contam-se Aquiles Ulisses, Domingos Lobo e Samori Cabral.

O torneio de seniores foi vencido pelo par Alexandre, (junior) e Baquero, após derrotarem António Davis e Ze-

to (junior) por 6-3, e, na final, o par Carreiro e Bandeira por 6-4. O troféu foi entregue pelo camarada João Bernardo Vieira e Avito José da Silva.

Entretanto, sobemos junto do professor Nuna que a escola irá distribuir os seus alunos pelos clubes e empresas para a realização de uma competição que terá lugar dentro de uma quinzena.

Resultados

Resultados da 24.ª jornada do nacional de futebol.

Bula-Cantchungo	2-1
UDIB-Benfica	2-2
Gabú-Ténis Clube	1-2
Buba-FARP	2-6
Balantas-Bolama	(a)
Ajuda-Tombali	1-1
Bafatá-Farim	2-1
Sporting-Bissorã	1-1

a) Falta de comparência da equipa de Bolama.

Guerrilha aumenta na Namíbia

— reconhecem os racistas

WINDHOEK — Os guerrilheiros da SWAPO (movimento de libertação da Namíbia) reforçaram as suas actividades militares no interior do território ocupado pelas forças racistas sul-africanas, anunciaram anteontem em Windhoek oficiais sul-africanos.

Estes oficiais afirmaram que a situação registou uma «mudança notável». 34 confrontos tiveram lugar nos quatro primeiros meses deste ano no distrito ocidental de Ovamboland, no sul da fronteira angolana. A este, no sul da fronteira com a Zâmbia, no distrito de Caprivi, as tropas sul-africanas descobriram um importante esconderijo de armas onde se encontravam cerca de três toneladas de armamento.

Os combatentes da SWAPO, sendo a força

atacante, têm a vantagem da ofensiva, escolhendo a hora e o lugar de combate, após o qual podem ainda despir os uniformes e misturar-se com a população, acrescentaram os oficiais.

No sábado, em Belgrado, um alto dirigente da SWAPO reafirmou a determinação do seu movimento em alargar e intensificar a luta de libertação na Namíbia.

Peter Maniamba, membro do comité executivo da SWAPO, fez esta declaração durante um encontro com Aleksandar Bokocevic, responsável da política externa no seio da Aliança Socialista da Jugoslávia, que assegurou nesta ocasião o apoio e ajuda da Jugoslávia à Namíbia e à SWAPO, seu único representante legítimo. (FP)

CEDEAO: prioridade às trocas intercomunitárias

DAKAR — A promoção das trocas intercomunitárias entre os 121 milhões de habitantes dos 16 países membros da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) entrou na sua fase de realização prática, a seguir ao quinto Conselho de Ministros da comunidade, que teve lugar em Dakar de 2 a 4 de Maio.

Fundada em 28 de Maio de 1975, a CEDEAO propõe-se acabar com as barreiras económicas entre os Estados francófonos, anglofonos e lusófonos da África Ocidental, transformar a produção e reorganizar a distribuição.

O quarto Conselho de Ministros, reunido em Novembro último em Dakar, também deu prioridade, à promoção das trocas intercomunitárias.

O quinto Conselho de Ministros propôs à cimeira da CEDEAO, que se deve reunir de 28 a 29 de Maio, também em Dakar, que faça entrar em vigor, a partir de 28 de Maio, a consolidação das tarifas aduaneiras e a livre circulação de pessoas.

A consolidação, que deve durar dois anos, não obrigará um Estado membro a reduzir ou suprimir durante este prazo os direitos de importação, mas impedi-lo-á de criar novos direitos e taxas, de aumentar os que já existem, de criar novas barreiras não-tarifárias ou de reforçar as que existem.

No que respeita à livre circulação de pessoas, um grupo de especialis-

tas em Direito definirá a noção de «cidadão da comunidade». Alguns Estados propuseram que fosse limitada aos cidadãos de descendência directa africana.

Se a consolidação e circulação constituem progressos, restam contudo algumas dificuldades. A qualidade persistente entre o Secretariado Executivo, órgão permanente principal da comunidade, dirigido pelo marfinense Aboubakar Diaby Ouatarra, e o Fundo Comunitário, dirigido pelo liberiano A. Romeo Horton é uma delas. Esta questão poderá ser examinada pela cimeira da CEDEAO, assim como o problema da criação de um pacto de defesa da comunidade. (FP)

Quatro milhões de refugiados em Africa



dias, deverá examinar a situação actual dos refugiados em África e manter todos os interessados — governos, organizações governamentais e agência de beneficência — ao corrente do agravamento dos problemas que afligem os refugiados em África afim de se encontrarem soluções permanentes para estes problemas.

A conferência deve igualmente analisar as legislações nacionais sobre os refugiados, afim de propôr medidas com vista a uma aplicação mais eficaz da convenção, adoptada pela OUA em 1969, sobre a protecção aos refugiados. Este texto foi, até agora, ratificado só por 19 dos 46 membros da Organização de Unidade Africana. (Tass, FP).

DAR-ES-SALAM — O número de refugiados em África aumentou de 1,5 milhão, em 1960, para quatro milhões, actualmente, sendo a maioria proveniente dos países dominados pelos regimes racistas de Pretória e de Salisbúria.

Tal situação levou a OUA, a Comissão

da ONU para os Refugiados e a Comissão Económica da ONU para a África a convocarem a segunda conferência pan-africana consagrada ao problema dos refugiados. Inaugurada ontem em Arusha (Tanzânia) pelo presidente Julius Nyerere, esta conferência de 10

Coreia

Waldheim tenta renovar o diálogo

SEUL — O secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim comprometeu-se a prosseguir os seus esforços a fim de renovar o diálogo inter-coreano, nomeadamente através de encontros com os embaixadores daqueles

dois países nas Nações Unidas.

Esta posição de Waldheim foi expressa no decorrer de quatro horas de conversações que teve com o presidente Park Chung Hee, no sábado,

durante uma breve visita à Coreia do Sul.

O secretário-geral das Nações Unidas deixou Seul no domingo para se deslocar a Manila onde decorre a conferência da CNUCED. (FP)

Tchad

Sulistas a favor da unidade

YAUNDÉ — Os representantes das prefeituras do sul do Tchad (Logone Ocidental, Maq Kebbi, Médio-Chari e Tandjile) adoptaram uma moção reiterando «o seu engajamento na procura de uma solução global para a realização de uma terceira conferência», no decurso de uma reunião realizada em Mundu, a 30 de Abril, soube-se de fonte autorizada em Yaundé.

Esta posição dos representantes do sul do Tchad vem desmentir a campanha orquestrada por certas agências noticiosas de que o contencioso do Tchad surgia de uma cisão entre as populações do norte (animistas) e as do sul (muçulmanas).

«As populações e quadros do sul do Tchad, declarou a reunião, preocupados em preservar a unidade e a integridade territorial tchadianas, convencidas de que, para tornar realidade esta determinação, todas as tendências tchadianas devem conjugar os seus esforços para pôr em marcha um programa de acção com vista a instaurar uma paz definitiva e a segurança no Tchad, reiteram o seu engajamento na procura de uma solução global para a realização de uma terceira conferência».

O novo chefe de Estado e de governo tchadiano Lol Mahamat Chua vem ao encontro desta posição quando, ao pronunciar, na quarta-feira passada, a sua primeira «mensagem à Nação», considerada um verdadeiro discurso-programa, prometeu «fazer renascer a confiança entre os tchadianos por todos os meios apropriados (...) nomeadamente combatendo o espírito de ódio, de vingança, de tribalismo, de regionalismo e de confessionalismo».

O novo chefe de Estado comprometeu-se a defender «por todos os meios» a integridade territorial e a «combater toda a tentativa seccionista», ao mesmo tempo que pretende instaurar um poder

«democrático e progressista» que garanta as liberdades públicas fundamentais: de reunião, de expressão, de opinião, de imprensa, de associação, etc., garantindo também, a laicidade e a independência do Estado.

No plano económico, o programa do novo governo, visando melhorar «o bem-estar social das populações, nomeadamente pelo aumento da taxa do SMIG (salário mínimo interprofissional garantido) e a estabilidade dos preços dos géneros de primeira necessidade, vai «relançar e dinamizar os sectores-chave da economia nacional», «promover as pequenas e médias empresas comerciais e industriais nacionais através de facilidades fiscais e bancárias», ao mesmo tempo que estigmatiza a adopção de uma política de austeridade orçamental, «tomando as medidas apropriadas».

No campo das relações internacionais, o novo gabinete tchadiano engaja-se a observar os princípios fundamentais enunciados pelas Cartas da ONU e da OUA, a respeitar «todos os acordos passados pelos governos precedentes em nome da República, e não atentarem contra os interesses superiores da nação tchadiana ou contra a independência nacional».

Afirmando praticar uma política de não-alinhamento, aquele governo pretende apoiar os movimentos de libertação «dos povos sob a dominação colonial, racista e sionista». (FP)

VARIOLA ACABOU EM MOÇAMBIQUE

MAPUTO — A varíola já não existe mais em Moçambique, anunciou em Maputo Helder Martins, ministro da Saúde Pública Moçambicana. O ministro informou que já não é obrigatório apresentar o certificado de vacinação contra a varíola para se poder entrar no país. (Tass)

NEGOCIAÇÕES ANGOLA-BRASIL

BRASÍLIA — Uma delegação angolana dirigida por Jorge Augusto de Moraes, ministro da Indústria Petrolífera de Angola, travou negociações com Ramiro Saraiva, ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. A comitiva angolana avistou-se também com o ministro brasileiro das Minas e de Energia e com outros membros do governo deste país. (Tass)

SEKOU TOURÉ E BOIGNY NA LIBÉRIA

MONRÓVIA — Os presidentes Sekou Touré, da República da Guiné, e Houphouët Boigny, da Costa do Marfim, farão brevemente uma visita de amizade e de solidariedade ao seu homólogo da Libéria, William Tolbert, anunciou-se oficialmente no sábado em Monróvia, a seguir a um importante discurso à nação do presidente Tolbert. (FP)

SEMINÁRIO AFRO-BRASILEIRO

BRASÍLIA — O primeiro seminário afro-brasileiro sobre o desenvolvimento da pecuária será organizado de 8 a 9 do corrente mês em Uberaba, no Estado brasileiro das Minas Gerais. Vários países africanos estão representados neste seminário organizado pela Associação dos Criadores Brasileiros de Zebu, na perspectiva de um possível desenvolvimento das exportações brasileiras de bovinos para África. (FP)

EXPROPRIAÇÕES NA COSTA RICA

SAN JOSE — O governo da Costa-Rica expropriou a companhia multinacional «Osa Productos Forestales» (capital americano e canadiano). As terras desta companhia, que reinava há 30 anos no país, serão entregues a cooperativas de camponeses. (Tass)

Luiz Cabral no Conselho Nacional da Guiné

(Continuação da pág. 6)

neira de averiguar sobre tudo o que é necessário para acabarmos as obras, e isso está nas mãos do Governo, para ele fazer um esforço para garantir meios para as concluir.

Nós sabemos que temos muitas dificuldades no abastecimento, mas parece-me que o Partido tem uma acção fundamental nisso, que ele tem que desenvolver a mobilização dos militantes do nosso Partido e do nosso povo, para o controlo da nossa situação económica.

BALANÇA COMERCIAL DEFICITÁRIA

Sabemos que há grande quantidade dos nossos artigos que passa pelas fronteiras, e que é vendida no Senegal e na República da Guiné. São até artigos importados pelo nosso país para consumo interno, e que saem clandestinamente e são encontrados nos mercados de Ziguinchor e até mes-

mo em Dakar. Na República da Guiné, encontram-se latas de manteiga que vêm para o nosso consumo. Por outro lado, há tempos, um guarda fronteira prendeu um djila com um carregamento de 200 fechaduras. O facto é que, saem coisas pela fronteira sem qualquer controlo.

Nós vemos o esforço que faz o Governo para a aquisição de certos materiais de construção. E nós sabemos que temos ainda uma economia fraca e sem meios para importar muitas coisas. A nossa importação é ainda muito reduzida. Basta vermos que a nossa importação é de mais de um milhão de contos e as nossas exportações não chegam a 400 mil contos.

Portanto, mais de 600 mil contos de importações à custa do esforço do Governo, ou através de donativos ou facilidades que se conseguem para podermos abastecer a nossa terra. Contudo, continuamos a ver mercadorias a sair do país. Deve haver

um mobilização geral para podermos combater o tráfico ilegal na nossa terra. Para que aquelas pessoas que vivem desse tráfico sintam que não podem viver aqui e que não devem fugir só da polícia, mas também do nosso povo, de cada cidadão consciente do nosso país.

Cada cidadão consciente deve entender que aquelas pessoas que fazem tráfico de um lado para outro, aquelas pessoas que fazem especulação, escondendo os produtos para depois venderem mais caro, aquelas pessoas que querem ganhar mais dinheiro com a especulação da venda de peixe, porque este não chega para as populações, e outros que fazem também especulação com o preço da carne, são suas inimigas. E todo o nosso povo deve levantar-se contra elas.

Não queremos discriminar qualquer africano que vem trabalhar na nossa terra. O nosso país está na África e sabemos as interpenetrações que exis-

tem entre as populações africanas. Sabemos que as nossas fronteiras são artificiais e, portanto, há grandes ligações entre os povos de toda a nossa região.

Hoje, que estamos independentes, desejamos que os africanos de outras terras, e que queiram trabalhar no nosso país, se sintam nesta terra como na sua própria pátria. Queremos no nosso país as pessoas que venham para nos ajudar a aumentar as nossas riquezas na nossa terra. Os que vêm com a ideia de fazerem açambarcamentos, especulações e «djilandades» com o objectivo de explorar o nosso povo, nem que sejam os filhos da nossa terra, não os consideramos como tais.

O nosso povo deve ter plena consciência de todas essas coisas e deve por isso reforçar a fiscalização das actividades económicas da nossa terra, para garantirmos a marcha contínua para o progresso da nossa República da Guiné-Bissau.

Portugal:

Eanes defende aliança PS/PSD

LISBOA — O presidente António Ramalho Eanes pensa que um acordo estável entre o Partido Socialista português e o Partido Social-Democrata, os dois mais importantes partidos portugueses, poderá ser uma solução para a actual crise política do país.

O chefe de Estado português defendeu um tal acordo numa entrevista concedida ao quotidiano de Lisboa «Diário de Notícias», a primeira que dá a um órgão de informação português desde a sua eleição em Junho de 1976.

O general Eanes justificou o seu apoio ao governo «independente» de Carlos Mota Pinto pela ausência de «qualquer alternativa» por parte dos partidos. «Mas deve-se dizer claramente que o presidente da República foi sempre receptivo a uma solução parlamentar que garanta um executivo estável, dispondo de

uma base de apoio maioritária», prosseguiu Eanes.

Por outro lado, o presidente declarou-se contra as eleições legislativas intercalares defendidas pelos partidos políticos. «Tais eleições, afirmou, não poderão conduzir a uma nova distribuição de forças no parlamento sem o aparecimento de novos acontecimentos políticos mobilizadores». Quer dizer, sem a criação de novos partidos ou frentes políticas consideram os observadores.

O presidente Eanes opõe-se também às eleições intercalares antes da aprovação do orçamento para 1979, cuja discussão em segunda leitura deve realizar-se antes de 15 de Maio, e que é considerado indispensável ao prosseguimento das negociações com o FMI (Fundo Monetário Internacional). — (FP)

Novo ataques sionistas no norte do Líbano

Na sua criminoso e vã tentativa de deter a luta de libertação do povo palestino os dirigentes do Estado sionista de Israel mandaram novamente os seus aviões bombardear os campos de refugiados palestinos e acampamentos civis libaneses no norte do Líbano, matando dezenas de inocentes.

Anteontem, a rádio oficial libanesa anunciou que 30 civis libaneses da aldeia de Mouhamarah, perto do campo de refugiados palestinos de Nahr El-Bared, foram mortos ou feridos pelos bombardeamentos da aviação israelita no norte do Líbano.

Esta notícia foi confirmada por um porta-voz da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP). O porta-voz precisou que quatro caças bombardearam a região de Al-Hamra, perto do campo palestino de Nahr El-Bared (a uma dezena de quilómetros de Tripoli, capital do norte do Líbano) «habitada por beduínos, que vivem em tendas». No domingo de manhã, a agência palestina de Informação, Wafa, anunciou que a artilharia pesada israelita bombardeou durante horas, de sábado para domingo, a região de Aichiyeh, no sector central do Líbano-sul, ao norte do rio Litani. A agência Wafa precisou, por outro lado, que vedetas

israelitas foram assinaladas ao largo da região de Sarafand, e que foram notados movimentos de tropas que se dirigiam de Naqoura (fronteira israelo-libanesa), onde se encontra o quartel-general das forças da ONU, em direcção a Al-Bayada, situada um pouco para o norte.

Enquanto se processam estas violações da soberania libanesa, anuncia-se em Jerusalém a possibilidade do chefe do regime sionista, Menahem Begin, propôr ao Líbano a abertura de negociações com vista à assinatura de um tratado de «paz», e de convidar o presidente Elias Sarkis para um encontro.

Precisou-se ainda que Begin sublinhará a intenção de Israel de prosseguir a guerra contra os combatentes da liberdade da Palestina enquanto for necessário. Respondo às manifestações massivas da população da Palestina ocupada, as forças armadas sionistas foram colocadas de prevenção na margem ocidental do Jordão.

As ruas das cidades e das localidades são patulhadas por reforços do exército e da polícia, enquanto os estudantes são reprimidos. Centenas de estudantes das universidades de Bir-Zeit e de Wifilem foram interrogados e brutalizados, e mais de cem presos. (FP)

Começou ontem a Assembleia Nacional Popular

Questões de extrema importância, que culminam um período de cinco anos de independência e reafirmam a determinação do nosso Estado em reforçar e definir novos planos de desenvolvimento económico e social, foram exaustivamente traçadas ontem pelo Presidente Luiz Cabral, ao inaugurar a 2.ª reunião ordinária da Segunda Legislatura da Assembleia Nacional Popular, na presença de 122 deputados e vários convidados nacionais e estrangeiros.

O camarada Luiz Cabral, que interveio num improviso de quase três horas, propôs à Assembleia a criação de uma comissão especial para a revisão da Constituição da República da Guiné-Bissau, pois «os órgãos de soberania do nosso Estado têm que ser actualizando a cada etapa, para acompanhar o processo de desenvolvimento, de acordo com novas experiências adquiridas».

O chefe de Estado guineense salientou igualmente a necessidade de definição e estabelecimento de critérios mais justos sobre a concessão de terras aos camponeses (problema já levantado nas reuniões anteriores da ANP), tendo em consideração que cada campo à volta das tabancas é um espaço vital para as populações locais.

A política de austeridade, que «marca um

ano de disciplina financeira para evitar desvios e défices», foi vigorosamente defendida, por Luiz Cabral, ao assinalar que, em todos estes anos, as despesas anuais têm sido quase o dobro das receitas do nosso Estado, sendo mais de 70 por cento do Orçamento ordinário

seguir esse equilíbrio entre as despesas e receitas. É preciso fundamentalmente aumentar a produção em todos os níveis».

A produção agrícola é uma das prioridades para esse arranque. Quanto mais reduzirmos o número de intermediários entre os agricultores e comer-

Sobre o orçamento, o chefe de Estado apontou para este ano uma previsão orçamental de um milhão e 400 mil contos e, ainda cerca de três milhões e 500 mil contos destinados aos investimentos do Estado nos sectores vitais do nosso desenvolvimento, nomeadamente nas construções de estradas, casas, pontes e reparação de portos, entre outras. Tal soma foi já assegurada por ajudas e empréstimos concedidos por países estrangeiros.

No que se refere à criação de planos regionais de desenvolvimento, o camarada Luiz Cabral apresentou a proposta do Governo em pôr a disposição das regiões 40 mil contos para os projectos que vierem a ser apresentadas pelos responsáveis locais. «A nossa preocupação é de favorecer os pontos mais afastados do país e criar bases de desenvolvimento para as populações locais. É preciso dar autonomia de acção aos sectores, para evitar o bloqueamento das soluções nas sedes de comités regionais».

NOTA

Por lapso, indicámos na nossa última edição que a sessão da ANP que neste momento está a decorrer era a primeira da segunda legislatura. Na verdade, trata-se da segunda sessão dessa legislatura, como em vários outros locais referimos.

Agenda de trabalhos

1. Mensagem do Chefe do Estado sobre o estado da nação. Debate.
2. Discurso do Comissário Principal sobre as actividades do Governo.
3. Aprovação das conclusões dos Conselhos Regionais e do Sector Autónomo de Bissau sobre questões de carácter nacional.
4. Intervenção dos membros do Conselho dos Comissários de Estado. Perguntas e respostas.
5. Apresentação dos relatórios das comissões constituídas na última sessão ordinária.
6. Apresentação do Orçamento Geral do Estado para 1979. Discussão e aprovação.
7. Apresentação do Orçamento de Investimentos para 1979. Discussão e aprovação.
8. Apreciação e aprovação dos diplomas adoptados pelo Conselho do Estado e pelo Conselho dos Comissários do Estado após a última sessão ordinária.
9. Apresentação de projectos de Leis de base. Discussão e aprovação.
10. Revisão da Comissão da Assembleia Nacional Popular para o Conselho da Unidade.
11. Eleição de nova Mesa da Presidência.

encaminhado exclusivamente para o pagamento de salários aos funcionários de Estado. «Esta situação — disse — é perigosa para o desenvolvimento de um país e, portanto, é preciso estarmos alerta, reduzindo, sempre que possível, as despesas em todos os departamentos, a fim de permitir um equilíbrio orçamental».

«Mas não basta a redução de despesas para con-

ditiones, maiores são as condições que criámos para a vida daqueles que trabalham a terra: os camponeses. Assim, haverá um equilíbrio social entre os trabalhadores do campo e os das cidades, assegurou Luiz Cabral, que colocou igualmente no primeiro plano a necessidade de fecho de rios do Sul do País, que dificultam os trabalhos de lavoura nas bolanhas.